

Globethics Repository



Assalariamento indígena não é solução [Indigenous wages are not a solution]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Brand, Antonio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-13 02:25:40
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162459

Assalariamento indígena não é solução

Entrevista com Antonio Brand

De acordo com o pesquisador que coordena o Programa Kaiowá-Guarani da Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul, Antonio Brand, o impacto do assalariamento é importante para compreender os outros problemas que atingem os povos indígenas, mas não é solução. Para ele, demarcar territórios é a real necessidade dos povos indígenas. A entrevista foi concedida por e-mail à *IHU On-Line*.

O antropólogo também conversou com a redação da *IHU On-Line* sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, principalmente no seu estado, tendo como referência o último relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). A entrevista foi publicada nas *Notícias Diárias* do sítio do IHU do dia 13/06/2006 sob o título *A violência contra a população indígena*, disponível para *download* no endereço www.unisinos.br/ihu.

***IHU On-Line* – Como está a situação de trabalho nos povos indígenas, no Brasil? Quais são as áreas mais problemáticas?**

Antonio Brand – Um panorama geral do Brasil é difícil, pois não há, que eu saiba, pesquisas sobre o assunto mais abrangentes. Posso falar da mão-de-obra indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, que, certamente é o estado onde se encontra massivamente o uso dessa mão-de-obra, que é usada nas usinas de produção de açúcar e álcool, sendo uma mão de obra sem especialização, mas na região esse é o único nicho onde ela é absolutamente importante. Agora o grande problema, e estou falando de um dos grandes problemas, ela não é qualificada. Recentemente, no Mato Grosso do Sul, há dados de índios vivendo nas periferias das cidades e uma informação veiculada na região indica que somente 20% dessa população está efetivamente com emprego.

E de novo, é uma mão-de-obra não-qualificada. Então em um período em que o mercado de trabalho se contrai, ela acaba sendo a primeira a ser dispensada. Óbvio que não podemos esquecer, quando se fala de questões relacionadas aos povos indígenas, que tudo isso vem perpassado por problemas ligados ao preconceito. Então esse é certamente um outro fator que faz estes momentos de contração do emprego, essa mão de obra ser dispensada.

***IHU On-Line* – Quais são os principais trabalhos que usam a mão-de-obra indígena?**

Antonio Brand – No Mato Grosso do Sul, que é o Estado que tem a segunda maior concentração indígena, e certamente, o Estado que mais emprega, hoje, a mão-de-obra indígena, é importante voltar-se um pouco para a história. A mão-de-obra indígena sempre foi fundamental para os desmatamentos, formação de pastagem e

limpeza dos terrenos, no entanto isso começou a ser dispensado com a mecanização que se acentua a partir da década de 1970. Então temos um dispensa da mão-de-obra e, simultaneamente, instalam-se usinas de açúcar e álcool. Para essas usinas, esta é uma mão-de-obra importante, porque não exige qualificação. Hoje, diria que, aproximadamente, 70% a 80% da mão-de-obra indígena está nas usinas de açúcar e álcool. Isso se dá por meio de contratos de trabalho entre 90 a 60 dias consecutivos, findos os quais o índio retorna à sua aldeia por uma semana e segue para um outro período.

Assalariamento

O impacto desse assalariamento é importante para compreender os outros problemas que atingem os povos indígenas. Ao retirar-se da aldeia por períodos tão longos, a mão-de-obra indígena contribui para fragilizar as relações familiares dos índios que são tão relevantes numa comunidade indígena. Por isso, o assalariamento sistemático e de amplos contingentes indígenas, ao mesmo tempo que contribui para o sustento, gera inúmeros outros problemas. E um desses problemas é a fragilização das relações familiares, em decorrência da ausência prolongada e sistemática dos homens. Além disso, o dinheiro advindo dessa forma não se transforma, necessariamente, em alimentos, contribuindo para um número elevado de índios com desnutrição. O assalariamento indígena, que vem crescendo e ampliando-se, tem a ver, diretamente, com a não-demarcação das terras indígenas. Como as terras indígenas são muito pequenas e essas populações vêm crescendo, é claro que a alternativa é o assalariamento. Porém não se constitui

numa solução para os problemas indígenas mais abrangentes.

Retorno à aldeia

Como as usinas de açúcar são distantes das aldeias, os homens, quando estão engajados neste trabalho, alojam-se nas usinas. Existe um projeto para que as usinas se instalem próxima das aldeias para que os homens possam voltar para suas aldeias ao final de cada dia de trabalho. Isso vai contribuir para diminuir alguns problemas, mas não outros, então o desafio que permanece sempre é a demarcação dos territórios. O governo não se mostra propenso a isso, e sim a incentivar o engajamento dos índios como mão-de-obra assalariada. E as próprias usinas de açúcar e álcool, que são hoje o único nicho que absorve na região a mão-de-obra indígena, já estão mecanizando seus trabalhos.

IHU On-Line - O senhor visualiza alguma mudança por parte do governo?

Antonio Brand – No que se refere à questão indígena não. A questão está em demarcar as terras e não vejo mudanças neste sentido.

IHU On-Line - Como se caracterizam os conflitos entre fazendeiros e índios por terras?

Antonio Brand – Os conflitos se dão exatamente em torno das demarcações de terra, e o governo tenta contorná-los abrindo mais possibilidades de assalariamento. Pelo que sei em Mato Grosso do Sul, deve-se instalar em torno 22 novos empreendimentos ligados ao açúcar e álcool, isso é um esforço do governo e das elites locais a fim de contornar e reduzir os conflitos de terra. É uma política que não significa nenhuma melhoria para as populações indígenas.

IHU On-Line - Como reverter à situação?

Antonio Brand – O assalariamento é uma realidade e é uma opção importante para os povos indígenas, porém, isso não deve

relativizar a importância da demarcação de territórios e não deve ser uma política alternativa. Considero importante também a qualificação dessa mão-de-obra.

O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema

Entrevista com Robert Kurz

“Na nova crise do sistema unificado planetário, o próprio valor é desvalorizado pela terceira revolução industrial na medida em que o “trabalho abstrato” se derrete como substância do sistema. Sob essas condições, deve-se criticar e eliminar o valor como forma básica e, por conseguinte, a produção de mercadorias”. Essa é a opinião de Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão, em entrevista à *IHU On-Line*, por e-mail. Nascido em 1943, Kurz estudou filosofia, história e pedagogia. Atualmente, vive em Nuremberg como publicista autônomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redator da revista teórica *Krisis - Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (Krisis - Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. Os seus livros *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, também editado no Brasil tal como *O Retorno de Potemkin*. São Paulo: Paz e Terra, 1994 e *Os Últimos Combates*. Petrópolis: Vozes, 1998, provocaram grande discussão no Brasil. Publicou *Schwarzbuch Kapitalismus* (*O Livro Negro do Capitalismo*) em 1999, *Weltordnungskrieg* (*A Guerra de Ordenamento Mundial*) e *Die Antideutsche Ideologie* (*A Ideologia Antialemã*) em 2003, não-editados em português.